

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 3, Número 26, abril de 2005.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Neste início de abril o noticiário econômico tem sido de certa forma ofuscado pela cobertura que a mídia está realizando a respeito do falecimento do Papa João Paulo II e o seu enterro na sexta-feira pela manhã. Não que a pauta econômica tenha sido esvaziada, longe disto. É que as atenções da população voltaram-se para Roma e a preocupação, inicialmente com o estado de saúde do Papa, passou a ser com a escolha de seu sucessor.

Bem, mas enquanto isto a economia continua. As empresas continuam produzindo, o governo continua cobrando impostos ... E nós continuamos pagando a conta! Talvez este tenha sido o maior assunto neste início de abril: a elevação do ICMS aqui no Rio Grande do Sul e a ainda não resolvida questão dos créditos tributários das empresas exportadoras. Em especial, a situação do setor fumageiro. O que esta situação traz neste momento é uma preocupação com o nível de atividade econômica e, mais ainda, com o nível de preços.

É evidente que as empresas fazem sua programação de produção e investimentos com razoável antecedência e mudanças das regras no meio do 'jogo' nunca são bem vindas - salvo, lógico, à exceção daquelas que porventura venham a favorecer aos contribuintes, o que, de fato, tem sido raro! Não é outro o motivo que levou o governo federal a recuar na votação da Medida Provisória 232, aquela que aumentava o IR para as empresas prestadores de serviço e para o setor rural. Infelizmente aqui no RS não tivemos a mesma sorte e começamos o mês de abril com novas alíquotas de ICMS para alguns produtos e o reflexo nos preços será sentido em seguida, pois as empresas com certeza repassarão este aumento para o consumidor final. Se não for possível, a redução do nível de produção e/ou a realocização de algumas empresas para outros estados da federação sempre é algo cogitado pelo setor empresarial.

Mas também temos uma boa notícia, que é o rompimento do acordo com o FMI. Bandeira tão cara à esquerda nacional desde vários anos, finalmente o Brasil consegue uma situação de estabilidade e confiança que permite não ser necessária a renovação do acordo com o FMI - que poderia ser visto como um cheque-especial à disposição do país para uma eventual necessidade de recursos. É evidente que um país que vive pendurado no cofre do FMI não é o porto mais seguro para um investidor internacional, sempre com a suspeita de quebra do país e impossibilidade de retirada dos recursos investidos. Isto, sem dúvida, é um bom sinal para o Brasil.

Este e outros assuntos são nosso tema nesta edição, cuja análise inicia com o já tradicional levantamento de preços em Santa Cruz do Sul e, sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

....:SUMÁRIO

- ◆ CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 30 DE MARÇO DE 2005.
- ◆ CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 30 DE MARÇO DE 2005.
- ◆ EU TAMBÉM SEI DIZER BYE-BYE!
- ◆ CRESCIMENTO ECONÔMICO E AUMENTO DE EMPREGO.
- ◆ CONJUNTURA ECONÔMICA DE ABRIL.

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL, 30 DE MARÇO DE 2005.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de 3,53 % no período entre 1º e 30 de março de 2005, passando de R\$ 435,25 para R\$ 450,61.

Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal apresentaram elevação de 0,01 %, a Alimentação no Domicílio aumentou 3,38 % e os produtos de Limpeza Doméstica aumentaram 0,14 %.

Dos 60 produtos pesquisados, 37 tiveram elevação de preço neste período, 20 reduziram o preço e 03 permaneceram estáveis (Cigarros, Gás de Cozinha e Cera de Assoalho). As maiores contribuições para a elevação do custo do Cesto Básico foram do Pão Francês (contribuição de 1,41 %), do Leite Tipo C (contribuição de 0,39 %) e da Batata Inglesa (contribuição de 0,25 %). O Pão Francês reverte o resultado do levantamento do mês de fevereiro, quando foi o produto que mais influenciou na redução do custo do Cesto Básico. Neste mês de março os produtos que mais contribuíram para segurar a elevação do custo do Cesto Básico foram a Farinha de Trigo (contribuição de - 0,15 %) e as Massas (contribuição de - 0,11 %), embora o preço do Trigo no mercado internacional já tenha subido 30 % nos últimos meses e deve também ser repassado nos próximos meses para o consumidor.

Comparando-se o custo verificado neste levantamento com o custo do final do mês de março de 2004, a elevação do Cesto Básico atinge 3,079 % no período de 12 meses, o que mostra um quadro de relativa estabilidade. No ano de 2005, a elevação já alcança 4,05 %.

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul em 30 DE MARÇO de 2005.



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	1 de Mar de 05		30 de Mar de 05		VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	1,8758	1,3506	1,9583	1,4100	4,3980	0,0136
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,4675	3,3311	2,4515	3,3096	-0,6469	-0,0050
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,8533	1,7749	0,8908	1,8529	4,3945	0,0179
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,4795	3,7113	0,5118	3,9615	6,7400	0,0575
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,7927	2,5815	1,7409	2,5069	-2,8905	-0,0171
06. Sabonete	90 g	4,24	0,7756	3,2684	0,7311	3,0999	-5,7307	-0,0433
07. Shampoo	500 ml	0,73	4,5671	3,3340	4,5033	3,2874	-1,3971	-0,0107
Total / variação grupo:				19,3719		19,4282	0,0129	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	1,4850	3,8313	1,3850	3,5733	-6,7340	-0,0593
02. Alface	pé	3,66	0,6700	2,4522	0,9000	3,2940	34,3284	0,1934
03. Arroz	2 kg	4,79	3,3844	16,2115	3,5363	16,9386	4,4854	0,1671
04. Açúcar	2 kg	4,1	2,2333	9,1567	2,3760	9,7416	6,3881	0,1344
05. Banana	kg	3,19	1,5967	5,0934	1,4660	4,6765	-8,1837	-0,0958
06. Banha	kg	1,62	4,0767	6,6042	4,3767	7,0902	7,3690	0,1117
07. Batata Doce	kg	1,37	1,5900	2,1783	2,0175	2,7640	26,8868	0,1346
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,3700	10,3161	1,5217	11,4582	11,0706	0,2624
09. Beterraba	kg	1,53	1,6375	2,5054	2,0425	3,1250	24,7328	0,1424
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,1392	4,7490	2,1636	4,8033	1,1439	0,0125
11. Café Moído	500 g	1,08	4,5757	4,9418	4,6314	5,0019	1,2176	0,0138
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,6625	48,3011	5,7542	49,0830	1,6188	0,1796
13. Carne Frango	kg	5,96	3,0933	18,4363	3,0433	18,1383	-1,6164	-0,0685
14. Carne Suína	kg	1,98	10,5850	20,9583	10,4600	20,7108	-1,1809	-0,0569
15. Cebola	kg	2,33	0,8667	2,0193	1,0867	2,5319	25,3846	0,1178
16. Cenoura	kg	1,73	2,1150	3,6590	2,1125	3,6546	-0,1182	-0,0010
17. Cerveja	grf	4,29	1,5040	6,4522	1,5420	6,6152	2,5266	0,0375
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	2,6800	6,8340	2,8133	7,1740	4,9751	0,0781
20. Ext. Tomate	370 g	1,21	1,7900	2,1659	1,9675	2,3807	9,9162	0,0493
21. Far. Mandioca	kg	0,34	3,4475	1,1722	3,0983	1,0534	-10,1281	-0,0273
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,2075	9,5272	1,1213	8,8467	-7,1429	-0,1563
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,2533	7,9543	2,3214	8,1946	3,0220	0,0552
24. Fermento	100 g	2,94	3,8875	11,4293	3,8050	11,1867	-2,1222	-0,0557
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,8411	1,6202	1,9167	1,6867	4,1038	0,0153
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	33,0000	31,6800	33,0000	31,6800	0,0000	0,0000
27. Laranja	dz	2,87	1,9964	5,7297	1,9109	5,4844	-4,2827	-0,0564
28. Leite Natural	l	22,8	1,2821	29,2329	1,3571	30,9429	5,8496	0,3929
29. Linguíça	kg	0,68	13,6757	9,2995	13,7243	9,3325	0,3652	0,0076
30. Maizena	500 g	0,51	2,7417	1,3983	2,7360	1,3954	-0,2067	-0,0007
31. Margarina	250 g	3,66	1,2980	4,7507	1,2777	4,6765	-1,5618	-0,0170
32. Massas	500 g	2,83	2,0856	5,9021	1,9113	5,4088	-8,3578	-0,1133
33. Maçã	unid	3,7	0,3680	1,3618	0,4174	1,5444	13,4130	0,0420
34. Nata	kg	0,48	4,7575	2,2836	5,1720	2,4826	8,7126	0,0457
35. Nescau	500 g	0,8	3,5863	2,8690	3,7238	2,9790	3,8341	0,0253
36. Ovos	dz	3,84	2,3840	9,1546	2,5325	9,7248	6,2290	0,1310
37. Pipocas	500 g	0,76	1,8214	1,3843	1,9100	1,4516	4,8627	0,0155
38. Pão Francês	500 g	10,67	1,5833	16,8942	2,1600	23,0472	36,4211	1,4137
39. Refrigerante	l	6,55	0,9408	6,1625	0,9525	6,2389	1,2400	0,0176
40. Repolho	kg	2,03	0,7150	1,4515	1,0550	2,1417	47,5524	0,1586
41. Sagú	500 g	0,49	2,8720	1,4073	2,9120	1,4269	1,3928	0,0045
42. Sal	kg	1,75	0,6817	1,1929	0,7688	1,3453	12,7751	0,0350
43. Tomate	kg	2,29	2,1600	4,9464	2,5033	5,7326	15,8951	0,1806
44. Vinagre	grf	1,39	0,9350	1,2997	0,9680	1,3455	3,5294	0,0105
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,6546	8,3620	2,5220	7,9443	-4,9957	-0,0960
Total / variação grupo:				390,4295		405,1464	3,3812	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,5633	1,0474	1,5100	1,0117	-3,4115	-0,0082
02. Bombril	pct/8	1,52	1,3757	2,0911	1,6583	2,5207	20,5434	0,0987
03. Cera Assoalho	450 g	0,78	8,2422	6,4289	8,2422	6,4289	0,0000	0,0000
04. Det./Desinfet.	500 ml	1,9	1,5053	2,8601	1,5615	2,9669	3,7337	0,0245
05. Esfregão Aço	unid	0,52	0,5990	0,3115	0,5675	0,2951	-5,2588	-0,0038
06. Sabão Barra	500 g	4,05	1,1165	4,5220	1,1332	4,5896	1,4927	0,0155
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	6,0692	6,5547	5,9192	6,3927	-2,4715	-0,0372
08. Vassoura palha	unid	0,23	7,1150	1,6365	7,9800	1,8354	12,1574	0,0457
Total / variação grupo:				25,4522		26,0409	0,1353	
CUSTO TOTAL				435,2536		450,6156		3,5294
VARIAÇÃO						3,5294		

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 30 DE MARÇO DE 2005

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de 7,01 % no período de 1º a 30 de março de 2005, passando de R\$ 124,72 para R\$ 133,46.

Dos 13 produtos pesquisados, 10 tiveram elevação de preço neste período e 03 apresentaram redução. As maiores contribuições para esta elevação do custo da Cesta Básica Nacional foram do Pão Francês (com contribuição de 2,77 %) e do Tomate (contribuição de 2,47 %). Os produtos que mais contribuíram para segurar a elevação do custo da Cesta Nacional foram a Banana (contribuição de – 0,66 %) e a Farinha de Trigo (com contribuição de – 0,10 %).

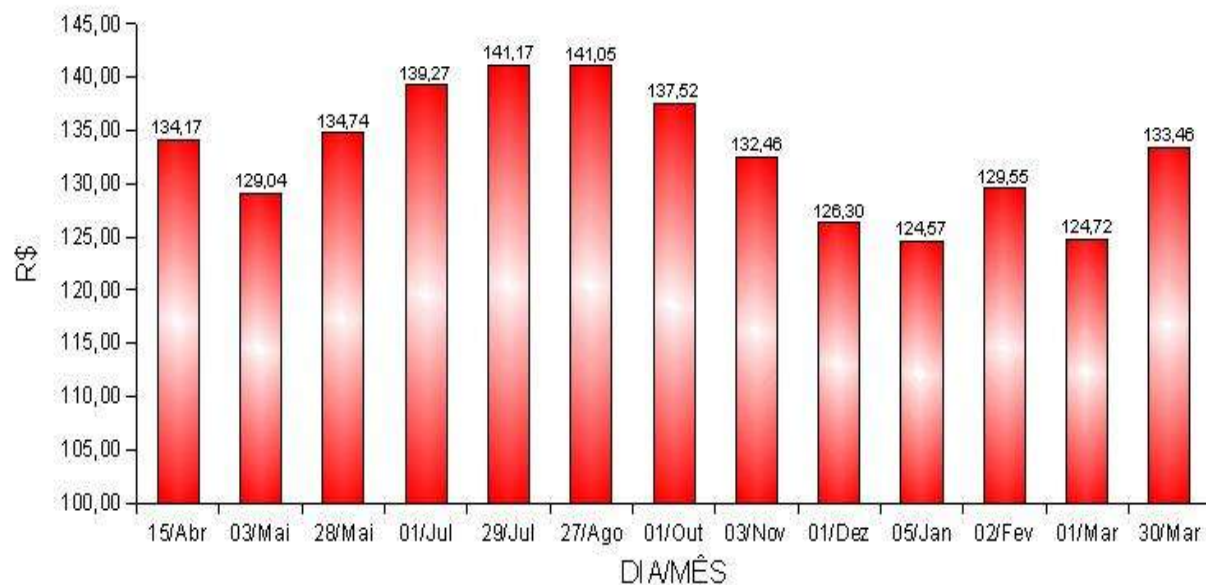
Com relação ao custo verificado no final de março de 2004, a Cesta Nacional aumentou 6,94 % nos últimos 12 meses, ao passo que somente nos três primeiros meses de 2005 o custo já é 7,14 % superior ao verificado no início de janeiro. Comparando-se com Porto Alegre, onde o mesmo conjunto de 13 produtos custa R\$ 175,64, a variação dos preços é semelhante, tendo em vista que na capital, nos últimos doze meses, a elevação alcançou 7,23 %.

Para a aquisição do conjunto de 13 produtos da Cesta Básica Nacional, um trabalhador de Santa Cruz do Sul que receba um salário mínimo mensal precisa trabalhar 112,93 horas de sua jornada mensal. Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de março de 2005 em Santa Cruz do Sul alcançou R\$ 1.112,81 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei nº. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em
Santa Cruz do Sul, em 30 de Março de 2005.**

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE
CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	1 de Mar de 05		30 de Mar de 05		VAR. %	CONTRIBUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01.Arroz	2 kg	1,5	3,3844	5,0767	3,5363	5,3044	4,4854	0,1826
02.Açúcar	2 kg	1,5	2,2333	3,3500	2,3760	3,5640	6,3881	0,1716
03.Banana	kg	6,3	1,5967	10,0590	1,4660	9,2358	-8,1837	-0,6600
04.Banha	kg	0,9	4,0767	3,6690	4,3767	3,9390	7,3590	0,2165
05.Batata Inglesa	kg	6	1,3700	8,2200	1,5217	9,1300	11,0706	0,7296
06.Café Moído	500 g	1,2	4,5757	5,4909	4,6314	5,5577	1,2176	0,0536
07.Carne Bovina	kg	6,6	5,6625	37,3725	5,7542	37,9775	1,6188	0,4851
08.Farinha Trigo	kg	1,5	1,2075	1,8113	1,1213	1,6819	-7,1429	-0,1037
09.Feijão Preto	kg	4,5	2,2533	10,1400	2,3214	10,4464	3,0220	0,2457
11.Leite Natural	l	7,5	1,2821	9,6161	1,3571	10,1786	5,8496	0,4510
10. Margarina	kg	0,75	1,2980	0,9735	1,2777	0,9583	-1,5618	-0,0122
12.Pão Francês	500 g	6	1,5833	9,5000	2,1600	12,9600	36,4211	2,7742
13.Tomate	kg	9	2,1600	19,4400	2,5033	22,5300	15,8951	2,4776
CUSTO TOTAL				124,7188		133,4636		7,0115
VARIAÇÃO						7,0115		

EU TAMBÉM SEI DIZER BYE-BYE!

André Carraro acarraro@unisc.br

Eu achei que não iria viver para ver tanto, mas vivi para ser testemunha deste fato histórico. No dia 28 de março o governo brasileiro anuncia para o mundo que não deseja nem precisa renovar o acordo realizado com o FMI em 2002 e que garantia o acesso a US\$ 42 bilhões. Pasmem, mas o governo brasileiro não utilizou todo este montante.

Durante décadas assisti sentado no sofá às manifestações dos sindicalistas, exigindo a expulsão dos diretores do FMI do Brasil. Lembro de uma cena ridícula ocorrida na metade dos anos 80, quando uma mulher economista, funcionária técnica do FMI e enviada para o Brasil a fim de avaliar as contas do governo, teve que fugir do aeroporto para evitar a agressão dos manifestantes. Passados quem sabe uns 15 anos chegamos ao dia de dizer basta ao FMI. Mas o que mudou neste período? O que está por trás desta atitude do governo Lula?

Primeiro é importante lembrarmos que, diferente do que era apregoado nos anos 80 e 90, o Brasil não renova o acordo com o FMI dizendo que isto não trata de um rompimento, mas de uma decisão racional de escolha de política. Podemos, inclusive, pagar adiantado a dívida com o FMI que vencerá nos próximos anos.

Nos anos 70, a busca por um crescimento rápido necessitava a busca crescente por poupança internacional. Questões como crescimento sustentado, responsabilidade fiscal e orçamento equilibrado passavam tão longe do governo brasileiro quanto o cometa Halley da Terra. Foi preciso que a necessidade de buscar o socorro emergencial do FMI nos tirasse do sonho do crescimento fácil e barato. Desde lá aprendemos que nem sempre é preferível crescer a 10% ao ano, que questões microeconômicas são fundamentais para termos desenvolvimento.

Em 2002, quando da realização do último acordo com o FMI, o país estava ainda vivendo a ressaca da eleição de um presidente que tinha em seu histórico um discurso anti-mercado, socialista e populista. Para surpresa de todos (tanto dos que acreditaram, como dos que duvidavam do seu discurso) o governo eleito se mostrou pró-mercado, dono de uma política monetária restritiva e de uma alta responsabilidade fiscal. Após o difícil ano de 2002 e do baixo crescimento de 2003, o país viveu um rápido crescimento sustentado pelo robusto crescimento da economia mundial. Batendo os recordes de superávits na balança comercial, atingindo a histórica marca de 100 bilhões de dólares em exportações e controlando os gastos fiscais (atenção keynesianos), o país decidiu pela não necessidade de renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional.

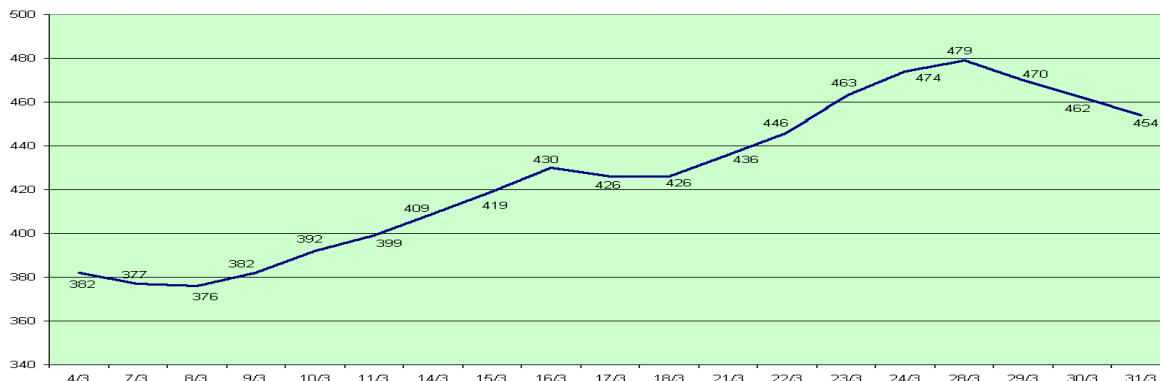
Percebem que não há rompimento? Ao contrário, a não renovação indica que o país está conseguindo obter bons resultados na condução da atual política econômica. Foi seguindo o bom senso de Washington que o governo brasileiro conseguiu se livrar do FMI. É por isso que neste mês de março o **risco-país** recuou para o menor patamar desde outubro de 1997 e a **bolsa de**

São Paulo está valorizada.

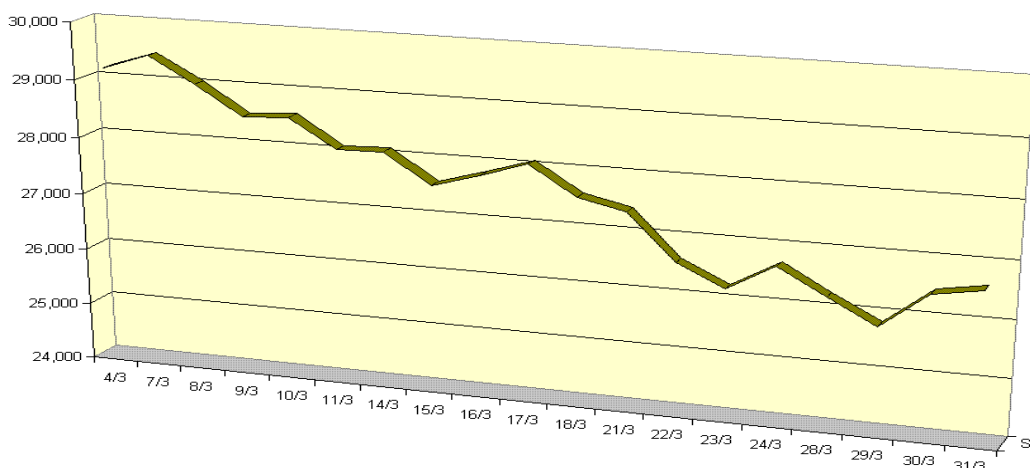
Isso não quer dizer que chegamos ao fim de um período, mas sim que estamos seguindo uma trajetória de crescimento econômico de sucesso. Ainda são muitos os desafios. Na área microeconômica temos que resolver os problemas criados por instituições e normas que dificultam um crescimento econômico. Temos muito que avançar nas reformas de instituições como o Judiciário, as relações trabalhistas e a reforma sindical, entre outras. No campo macroeconômico, o país ainda busca dar credibilidade para uma política de meta inflacionária. Aqui a equipe econômica tem a difícil tarefa de cumprir a meta de uma inflação de 5,1% para 2005. Apesar das críticas severas do setor produtivo, o governo não se mostra indeciso em cumprir o seu papel de guardião do poder aquisitivo do Real. Mostra disso é a forma firme e conservadora com que o COPOM tem tratado a condução da **taxa de juros**. A nova elevação da taxa SELIC para 19,25% na reunião de 16 de março indica que a taxa de inflação ainda está aquecida na economia brasileira.

Por falar em taxa de inflação, termino o texto deste mês escrevendo um pouco sobre a **taxa de câmbio**. Estamos trabalhando há já três meses com uma taxa de câmbio ao redor dos R\$ 2,65. Apesar dos protestos do setor exportador, o Banco Central vem adiando uma postura mais incisiva para elevar a cotação de volta à casa dos R\$ 3,00. Estaria isso a indicar a busca por uma nova ancora cambial quase-fixa? Veremos ...

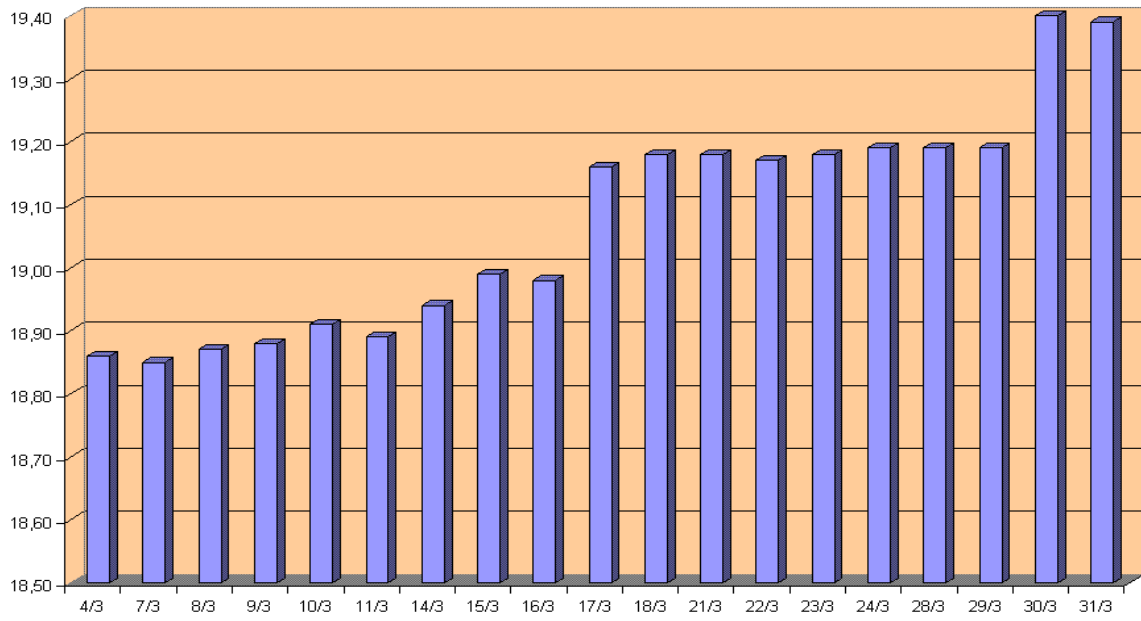
Evolução do Risco País



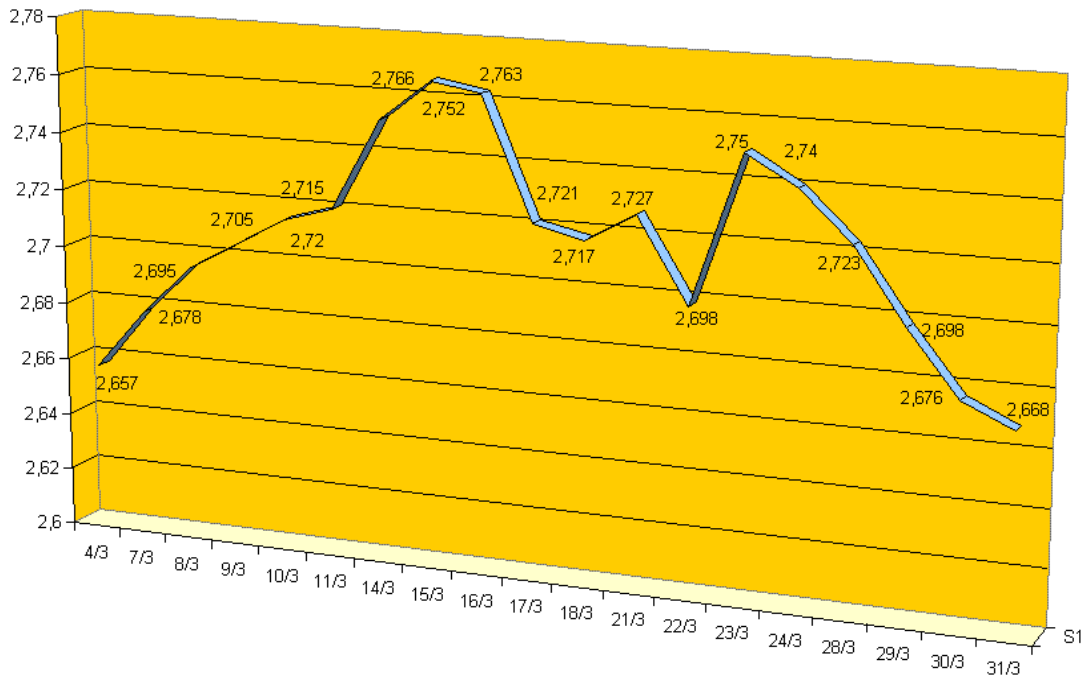
Evolução do Índice de Ações - IBOVESPA



Juros Futuro - Abril/2005



Desempenho do Câmbio (R\$/US\$)



CRESCIMENTO ECONÔMICO E AUMENTO DE EMPREGO

Túlio Marques Jr. marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br

Recentemente o ministro Antônio Palocci declarou que se o Brasil continuar crescendo poderemos acabar com o desemprego em dez anos. Alguns poderiam se perguntar: por que tanto tempo? A resposta mais fácil e politicamente interessante para parte da esquerda brasileira é que isso ocorre porque o modelo de crescimento não privilegia a criação de empregos. A resposta tecnicamente correta é que o processo de transmissão do crescimento econômico para a criação de empregos é lento e de pequena proporção em seu início.

De modo geral, dois processos podem levar ao crescimento: um aumento do volume produzido com ganhos de escala (devido ao maior volume produzido o processo produtivo fica mais barato) e o aumento da produtividade devido à melhoria tecnológica ou inovações, que também leva a produzir de forma mais barata. Não é difícil ver que produzir mais barato às vezes significa produzir com menos mão-de-obra. Em outras palavras, o crescimento econômico é poupador de mão-de-obra por unidade produzida.

Se a nova produção ocorre com menor utilização de mão-de-obra num primeiro momento, como então ocorre o aumento do emprego? É que, como a unidade de produto custa menos para as empresas, na presença de concorrência, o preço cai e mais pessoas demandarão o produto e o volume produzido aumentará. Os fatos demonstram que o volume cresce o suficiente para que sejam necessários mais trabalhadores para produzi-lo e isto leva ao aumento do emprego. E este processo demanda tempo, principalmente se o ritmo de crescimento não é acentuado.

Outro fator relevante é que a nova tecnologia demanda um trabalhador apto a interagir com ela ou que seja facilmente treinável para isso. Indivíduos com baixo nível de escolaridade têm o perfil oposto ao desejado nesse processo. Por isso, são os últimos a obter emprego num processo de crescimento. Só quando não há mais indivíduos treinados ou de fácil treinamento é que as empresas aceitam empregar esses trabalhadores, mesmo sabendo que eles demorarão para tornar-se produtivos. Uma população com muitos trabalhadores pouco educados pode inclusive restringir o crescimento econômico.

Há um ramo da sociedade brasileira que prega o incentivo à produção em áreas que criem mais emprego, mas dois problemas surgem quando adotada essa estratégia: como o crescimento necessita de produtividade, se essas áreas são pouco produtivas não conseguiram concorrer com produtos importados ou nacionais mais baratos. Para solucionar o problema, advoga-se a utilização de subsídio. Nesse caso, a penalização da sociedade é dupla.

O subsídio é recurso retirado da sociedade para pagar um produto que de outro modo ela obteria mais barato. A sociedade se verá privada de escolher o que consumir, pois o subsídio é compulsório. Além disso, se a escolha por técnicas intensivas em trabalho persistir, a produção

continuará não concorrencial e o emprego se extinguirá assim que acabar o subsídio. A persistência dele significa prejuízo social em benefício de poucos.

No caso brasileiro, as palavras do ministro Palocci mostram-se apropriadas. Dez anos é tempo suficiente para a criação das condições necessárias ao crescimento sustentável, quais sejam: reeducação de boa parte dos trabalhadores; surgimento de inovações tecnológicas de forma contínua, por meio do incentivo à pesquisa e desenvolvimento; adequação da infraestrutura nacional e das instituições que regulam e incentivam a produção (área tributária, trabalhista, financiamento do Estado, administração da justiça e segurança).

Todos esses passos necessitam de implantação no curto prazo e só amadurecerão no médio e longo prazo. A qualidade da mão-de-obra nacional é um contínuo que vai daqueles trabalhadores que precisam de meses de treinamento para se colocar no mercado, até aqueles que necessitam bem mais de dez anos para isso. O processo de pesquisa e desenvolvimento necessita de tempo entre o momento em que se inicia até à fase em que estará aplicável na indústria.

Devido às restrições financeiras, a infra-estrutura deve levar cinco ou mais anos para não mais representar limite ao crescimento econômico. Há uma boa defasagem temporal entre a mudança da legislação tributária, trabalhista, judiciária etc. e as mudanças de hábito e gestão dos agentes econômicos nessas áreas. Reformular o mapa de obrigações e direitos e criar confiança nas novas regras demanda experiências reiteradas.

CONJUNTURA ECONÔMICA DE ABRIL.

Fábio Mayrinck fabiohenrique@ppge1.ppge.ufrgs.br

O Brasil foi a 12ª maior economia do mundo em 2004. Sua posição saltou de 15ª para 12ª devido não só ao aumento real do PIB (segundo o IBGE o Brasil produziu R\$ 1,769 trilhões, com um crescimento real de 5,4% sobre 2004), mas também devido à valorização da moeda nacional: ao longo de 2004 o dólar caiu cerca de 8% frente ao Real. Considerando um dólar médio no ano passado de R\$ 2,93, o Brasil produziu algo em torno de US\$ 610 bilhões, ficando à frente de países como a Rússia.

Logicamente essa melhora da economia nacional foi muito comemorada pelo governo, porém é importante lembrar que o PIB, enquanto um indicador, não demonstra claramente o nível de bem-estar social e desenvolvimento econômico do país. Quando olhamos o PIB não consideramos questões de distribuição de renda, desemprego, criminalidade, poluição nem nenhum dos muitos outros fatores que claramente influenciam o bem-estar social, além do que para fazermos comparações internacionais há quem diga que é melhor nos basearmos na paridade do poder de compra e não na cotação do dólar.

Porém, desconsiderando essas questões e considerando o PIB como sendo apenas o que ele é, a soma de todas as riquezas produzidas no país, temos que de fato o Brasil se tornou um país mais rico em 2004 e podemos fazer uma previsão para a economia Brasileira em 2005. A valorização do câmbio no final do ano passado continuou no início de 2005: no primeiro trimestre de 2004 o dólar médio foi de R\$ 2,89, ao passo que no primeiro trimestre de 2005 estamos com um dólar médio de R\$ 2,67 (uma desvalorização de 7,6% em relação ao primeiro trimestre do ano passado). Mantida essa cotação média (felizmente o Real já se desvalorizou um pouco) já teremos um PIB em dólar em 2005 maior que o de 2004: mesmo que a economia nacional realize um crescimento real em Reais de 0% já teremos um país mais rico em dólares em 2005.

Considerando que o Brasil repita em 2005 o mesmo PIB em Reais de 2004 com um dólar de R\$ 2,67 já teremos um PIB de cerca de US\$ 660 Bilhões, ou seja, um crescimento “real” em dólar de cerca de 8%. Considerando que os demais países do mundo mantenham as produções atuais em dólar em 2005 (o que logicamente é muito difícil) teríamos que o Brasil saltaria para a 10ª posição do ranking.

Posição	País	PIB
1º	EUA	US\$ 11,757 trilhões
2º	Japão	US\$ 4,780 trilhões
3º	Alemanha	US\$ 2,734 trilhões
4º	Reino Unido	US\$ 2,113 trilhões
5º	França	US\$ 2,026 trilhões
6º	Itália	US\$ 1,669 trilhão
7º	China	US\$ 1,543 trilhão
8)	Espanha	US\$ 971 bilhões
9º	Canadá	US\$ 957 bilhões
10º	México	US\$ 649 bilhões
11º	Austrália	US\$ 622 bilhões
12º	BRASIL	US\$ 610 BILHÕES

